

Zimbra**pregao.tcdf@tc.df.gov.br**

Pedido de Impugnação P.E nº 42/2015

De : Cotação 4 - Êxito Comercio de Livros Ltda
<cotacao4@exitolivros.com.br>

Seg, 30 de Nov de 2015 17:17

 2 anexos

Assunto : Pedido de Impugnação P.E nº 42/2015

Para : pregao tcdf <pregao.tcdf@tc.df.gov.br>

Boa tarde Sra. Pregoeira Alessandra Ribeiro.

Segue anexo nosso Pedido de Impugnação referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº **42/2015** – PROCESSO ADMINISTRATIVO: **28673/2015-e**, UASG: **974003** que aconteceu dia 03/12/2015 as 14:30H no sistema do COMPRASNET.

Desde já agradecemos e ficamos no aguardo de vosso parecer.

Atenciosamente;

André Luiz Cavalcante
Departamento de Vendas
Êxito Distribuidora de Livros
R:Conselheiro Ramalho,713
Bela Vista - SP - CEP:01325-001
Tel. / Fax: (11) 3101-6701



Este email foi escaneado pelo Avast antivírus.
www.avast.com



image001.jpg
2 KB



IMPUGNAÇÃO.pdf
31 KB



Razão Social: Êxito Distribuidora e Comercio de Livros Ltda.
CNPJ: 08.065.700/0001-76
I.E: 149.309.186.112
Rua Conselheiro Ramalho, 713/715 Bela Vista – CEP: 01325-001– São Paulo - SP
Fone: (11) 3101.6701
e-mail: atendimento@exitolivros.com.br/ bibliotecas@exitolivros.com.br

Ao
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Exmo. Sr(a). Alessandra Ribeiro Astuti - Pregoeiro

Pedido de Impugnação Ao Edital

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 28673/2015-e

A Empresa Exito Distribuidora e Comercio de Livros Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.065.700/0001-76, com sede na (Rua: Conselheiro Ramalho, 703 – bela vista – SP – CEP: 01.325/001/ telefone: 11- 3101-6701 , por seu representante legal infra assinado, vem, com fulcro no § 2º, do art. 41, da Lei nº 8666/93, em tempo hábil, à presença de (Vossa Excelência ou Vossa Senhoria) a fim de

I M P U G N A R

Os termos do Edital em referência, que adiante especifica o que faz na conformidade seguinte OBJETO:

Fornecimento de materiais bibliográficos (livros, CD-Roms e audiovisuais), no exercício de 2016, a fim de atender a demanda da Biblioteca “Cyro dos Anjos” do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

I – DOS FATOS

O presente Termo de Referência tem por objeto o Fornecimento de materiais bibliográficos (livros, CD-Roms e audiovisuais), no exercício de 2016, a fim de atender a demanda da Biblioteca “Cyro dos Anjos” do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

O Pregão Eletrônico, do tipo MENOR PREÇO (MAIOR DESCONTO), tem por finalidade a Contratação (por um período de 12 meses) para materiais bibliográficos diversos (livros, CD-Roms e audiovisuais) em um único item, assim impossibilitando praticarmos os mesmos descontos para ambos, por se tratar de obras impressas e eletrônicas, onde os preços são muito variáveis, devido os trâmites legais de compra. Ressalvo que os materiais impressos têm seus valores fixo de acordo com cada editora, já os eletrônicos são muito divergentes, assim como seus prazos de entregas e liberação de senhas.

Conforme a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, determina que:

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

IV - ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade;



Razão Social: Êxito Distribuidora e Comercio de Livros Ltda.
CNPJ: 08.065.700/0001-76
I.E: 149.309.186.112
Rua Conselheiro Ramalho, 713/715 Bela Vista – CEP: 01325-001– São Paulo - SP
Fone: (11) 3101.6701
e-mail: atendimento@exitolivros.com.br/ bibliotecas@exitolivros.com.br

A Súmula nº 247 do Egrégio Tribunal de Contas da União determina que:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Nesta esteira, quando o órgão público licitante inserir num mesmo lote objetos de natureza distinta, poder-se-á impugnar o edital com base no supracitado dispositivo, assim como em outra regra também prevista na Lei 8.666. Vejamos.

Art. 23...

§ 1º. As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

Vale frisar que o órgão licitante não tem autorização para decidir contra lei, isto é, ao tomar decisões, o administrador público sensato segue a vontade da Lei que, no caso em tela, determinou o fracionamento do objeto, sobretudo porque heterogêneo, mas que pode ser estendido também para eliminar o impedimento trazido por objeto de grandes dimensões, desde que esse objeto possa ser fracionado sem prejuízo da qualidade ou de seu preço final.

A doutrina mais ilibada caminha neste rumo. Senão vejamos o entendimento publicado por Marçal Justen Filho:

“O art. 23, § 1º, impõe o fracionamento como obrigatório. A regra retrata a vontade legislativa de ampliar a competitividade e o universo de possíveis interessados. O fracionamento conduz à licitação e contratação de objetos de menor dimensão quantitativa, qualitativa e econômica. Isso aumenta o número de pessoas em condições de disputar a contratação, inclusive pela redução dos requisitos de habilitação (que serão proporcionados à dimensão dos lotes). Trata-se não apenas de realizar o princípio da isonomia, mas da própria eficiência. A competição produz redução de preços e se supõe que a Administração desembolsará menos, em montantes globais, através da realização



Razão Social: Êxito Distribuidora e Comercio de Livros Ltda.
CNPJ: 08.065.700/0001-76
I.E: 149.309.186.112
Rua Conselheiro Ramalho, 713/715 Bela Vista – CEP: 01325-001– São Paulo - SP
Fone: (11) 3101.6701
e-mail: atendimento@exitolivros.com.br/ bibliotecas@exitolivros.com.br

de uma multiplicidade de contratos de valor inferior do que pela pactuação de contratação única”.[i]

Outrossim, mencionada Lei 8.666 estabelece que a finalidade da licitação é a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. Senão vejamos.

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Sobre este tema, ensinou Maria Sylvia Zanella Di Pietro que:

“O objetivo primeiro da licitação é selecionar a melhor proposta. Tirar da Administração essa possibilidade é revestir o procedimento de um rigor desnecessário (...)”.[ii]

Sendo assim, não faz sentido frustrar o caráter competitivo do certame licitando objetos diversos ou muito grandes no mesmo lote. Sobretudo porque isso fere o disposto o seguinte artigo da Lei 8.666:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º. É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinja ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;



Razão Social: Êxito Distribuidora e Comercio de Livros Ltda.
CNPJ: 08.065.700/0001-76
I.E: 149.309.186.112
Rua Conselheiro Ramalho, 713/715 Bela Vista – CEP: 01325-001– São Paulo - SP
Fone: (11) 3101.6701
e-mail: atendimento@exitolivros.com.br/ bibliotecas@exitolivros.com.br

III – DO PEDIDO

Em face do exposto, requer-se seja a presente **IMPUGNAÇÃO** julgada procedente, com efeito para: que sejam separados os materiais impressos dos CD ROMS e audiovisuais

Abaixo segue como está especificado no Edital:

Estimativa de Percentual de Desconto sobre Preços - Contratação de Livreiro			
Item	Unid	Especificação do Objeto	Percentual de Desconto Estimado
1	un	Fornecimento de materiais bibliográficos (livros, CD-Roms e audiovisuais), no exercício de 2016, a fim de atender a demanda da Biblioteca "Cyro dos Anjos" do Tribunal de Contas do Distrito Federal.	37,80% (trinta e sete virgula oitenta por cento)

- Declarar-se nulo o item atacado;
- Determinar-se a republicação do Edital, escoimado do vício apontado, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme § 4º, do art. 21, da Lei nº 8666/93.

Nestes Termos
P. Deferimento

São Paulo, 30 de Novembro de 2015.

Viviane de Lara Goes
Departamento de Venda